



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0022160-88.2011.8.17.0000
(0261077-7)

AGRAVANTE: José Carlos da Silva

Advogada: Dra. Telma Carvalho Alves de Souza

AGRAVADO: Estado de Pernambuco

Procurador: Dr. Thiago Arraes de Alencar Norões

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: ADMINISTRATIVO. EXCLUSÃO DAS FILEIRAS DA PMPE. NECESSIDADE DE GARANTIA DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. APARENTE LEGÍTIMA DEFESA. REQUISITOS NECESSÁRIOS. CONFIGURAÇÃO. DAR PROVIMENTO. DECISÃO MAJORITÁRIA.

1 - Anote-se que, nos termos do art. 5º, inc. LV da CR/1988, *"a todos os litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes"*. No que pertine ao processo administrativo, objeto da controvérsia trazida à baila, ao que parece, no trâmite da via administrativa, a comissão disciplinar apurou todo o fato apontado, com oitiva de testemunhas e, também, do próprio indiciado/acusado – servidor público, chegando à conclusão de que o agente havia atuado em legítima defesa e de que não seria o caso de sua exclusão dos quadros da Polícia Militar do Estado de Pernambuco.

2 - Percebe-se que o despacho homologatório concluiu pela exclusão do recorrente sem, contudo, especificar os motivos que levaram à tal desiderato. De fato, foi ceifada uma vida, mas em aparente legítima defesa. Isso quer dizer, estava em disputa apenas um bem jurídico fundamental, qual seja, a vida de ambos os contendores.

3 - O risco de dano irreparável ou de difícil reparação está consubstanciado nos prejuízos sofridos pelo recorrente e por toda a sua família, pois, com a perda de sua condição de policial militar, deixa de fazer *jus*, especialmente, aos seus vencimentos e ao seguro-saúde, que garante as suas subsistências.

4 - Agravo de Instrumento Provido.

5 - Decisão por maioria.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento nº 0261077-7, em que figuram como agravante José Carlos da Silva e como agravado Estado de Pernambuco. Acordam os Desembargadores que integram a Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão de julgamento realizada no dia 22/05/2014, por maioria de votos, em conhecerem do recurso acima descrito, para dar provimento ao mesmo, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Recife, 28/05/2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães - Relator

393
Q



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0022160-88.2011.8.17.0000
(0261077-7)

AGRAVANTE: José Carlos da Silva

Advogada: Dra. Telma Carvalho Alves de Souza

AGRAVADO: Estado de Pernambuco

Procurador: Dr. Thiago Arraes de Alencar Norões

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de agravo com pedido de efeito ativo interposto contra decisão interlocutória que, nos autos da Ação Ordinária de Anulação de Ato Administrativo c/c reintegração ao cargo público militar e antecipação de tutela, indeferiu a o pedido de urgência postulado, abstendo de determinar a reintegração do agravante ao cargo anteriormente ocupado, na condição de policial militar reformado.

O agravante interpôs o presente recurso, alegando – resumidamente – em sua minuta, que:

-agiu em legítima defesa e que a comissão processante disciplinar, além de vários outros pareceres concluíram pela sua não exclusão das fileiras da Polícia Militar do Estado de Pernambuco;
-o pedido inicial se enquadra perfeitamente no que preceitua a verossimilhança do alegado com os fatos trazidos à colação, os quais são suficientes para respaldar a concessão da antecipação da tutela, consequentemente, comprovou-se a necessidade de ver deferido em seu favor, o pedido de devolução dos seus documentos funcionais, arma e o cartão saúde, entregues à PMPE, quando da sua exclusão.

Nas contrarrazões apresentadas, busca o agravado, o improvimento do presente instrumentalizado, sob o argumento de que – na verdade – todos os pareceres condenaram o militar pelos atos que resultaram na morte de um cidadão. Acrescenta que ao Poder Judiciário não cabe a análise do mérito da punição. Ressalta que todos os preceitos e valores ínsitos à autoridade militar foram, violentamente, desabonados pela prática na qual o militar em questão se viu envolvido, sendo inconcebível e por demais incoerente sua

394
394

permanência nas fileiras da Corporação ao lado de integrantes que arriscam diariamente suas vidas, sem se permitir o luxo de esquecer dos que já a perderam no combate à prática delitiva.

Anota que o fato de não ter sido condenado pela Justiça Militar em face dos fatos narrados, não tem qualquer relevância para o deslinde da ação, na medida em que a doutrina e a jurisprudência são pacíficas no sentido de apontar a desnecessidade de sobrestamento do procedimento administrativo até o trânsito em julgado do processo criminal, em face da independência das instâncias penal, civil e administrativa.

Remetidos os autos ao MP-PE, concluiu pela extinção do feito recursal sem resolução do mérito, ante a perda superveniente do objeto, ou pelo seu desprovimento.

É o relatório.

Inclua-se em Pauta.

Recife, 25 de março de 2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0022160-88.2011.8.17.0000
(0261077-7)

AGRAVANTE: José Carlos da Silva

Advogada: Dra. Telma Carvalho Alves de Souza

AGRAVADO: Estado de Pernambuco

Procurador: Dr. Thiago Arraes de Alencar Norões

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

O inconformismo do agravante reside contra decisão interlocutória que, nos autos da Ação Ordinária de Anulação de Ato Administrativo c/c reintegração ao cargo público militar e antecipação de tutela, indeferiu a o pedido de urgência postulado, abstendo de determinar a reintegração a sua reintegração ao cargo anteriormente ocupado, na condição de policial militar reformado.

Apesar da decisão interlocutória de fls. 328/330 ter sido afastada - por maioria de votos - por ocasião do julgamento do Agravo Regimental ora apensado, quanto a fumaça do bom direito, entendo relevante apontar alguns aspectos da presente demanda, que se afiguram nodais ao seu deslinde. Ressalte-se que a *vexata quaestio* prende-se ao fato de ter sido o recorrente excluído da Polícia Militar, sem que o ato administrativo tenha sido devidamente motivado.

Anote-se que, nos termos do art. 5º, inc. LV da CR/1988, *"a todos os litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes"*. No que pertine ao processo administrativo, objeto da controvérsia trazida à baila, ao que parece, no trâmite da via administrativa, a comissão disciplinar apurou todo o fato apontado, com oitiva de testemunhas e, também, do próprio indiciado/acusado - servidor público, chegando à conclusão de que o agente havia atuado em legítima defesa e de que não seria o caso de sua exclusão dos quadros da Polícia Militar do Estado de Pernambuco.

Tal entendimento, frise-se, foi ratificado por várias outras autoridades públicas, dentre elas: o parecerista da Corregedoria Geral da SDS/PE e o próprio Corregedor Geral Adjunto da SDS/PE. Apesar disso, com a remessa dos autos ao Corregedor Geral da SDS, este concluiu pela exclusão do recorrente.

É bem verdade que a autoridade superior, competente para decidir os processos administrativos, não está vinculada aos opinativos ofertados pelas comissões processantes. No entanto, para que possa decidir contrariamente ao que fora opinado, faz-se mister apresentar as razões detalhadas do seu convencimento, sob pena de violar o artigo constitucional supramencionado.

É que quando a autoridade superior corrobora do opinativo da comissão disciplinar, o motivo e a motivação virão expostas e justificadas pela própria existência do processo administrativo (motivo endoprocessual). Caso contrário, como na situação sob análise, o motivo e a própria motivação estariam fora do processo administrativo, levando a crer que a referida apuração foi deficiente e incompleta, razão pela qual, é devida a fundamentação pormenorizada das razões que levaram a autoridade a afastar o conteúdo apurado e a julgar de maneira diversa, especialmente, quando a condição do acusado é agravada.

In casu, percebe-se que o despacho homologatório concluiu pela exclusão do recorrente sem, contudo, especificar os motivos que levaram à tal desiderato. De fato, foi ceifada uma vida, mas em aparente legítima defesa. Isso quer dizer, estava em disputa apenas um bem jurídico fundamental, qual seja, a vida de ambos os contendores.

O risco de dano irreparável ou de difícil reparação está consubstanciado nos prejuízos sofridos pelo recorrente e por toda a sua família, pois, com a perda de sua condição de policial militar, deixa de fazer *jus*, especialmente, aos seus vencimentos e ao seguro-saúde, que garante as suas subsistências.

Assim, em face do exposto, voto no sentido de dar provimento ao presente instrumentalizado, no sentido de determinar a reintegração do recorrente, garantindo-lhe todos os demais direitos decorrentes do seu reingresso.

É como voto.

Recife,

08/04/2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães – relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – 08.05.2014

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 261077-7 – RECIFE

AGRAVANTE: JOSÉ CARLOS DA SILVA

AGRAVADO: ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

RELATÓRIO ÀS FLS. 393/394 DOS AUTOS.

VOTO DO RELATOR ANEXO ÀS NOTAS TAQUIGRÁFICAS.

DESEMBARGADOR BANDEIRA DE MELLO (PRESIDENTE)

Em discussão.

Eu apenas registro, para maior conforto do Desembargador Alfredo Jambo, que, como o Desembargador José Ivo anotou no relatório, originariamente o agravo de instrumento, quando distribuído à relatoria de Sua Excelência, recebeu a liminar substitutiva que foi atacada por agravo regimental e esse agravo regimental foi provido, por maioria de votos; formando a maioria, eu próprio e o Desembargador Ricardo Paes Barreto, que, na ocasião, não vislumbramos verossimilhança da alegação a justificar reintegração do militar.

Eu me recordo bem da dinâmica dos fatos, mas não do processo administrativo na sua parte técnica, de modo que eu irei pedir vistas dos autos para examinar. A dinâmica dos fatos eu me recordo bem, mas o processo administrativo não. Mas existe uma perspectiva forte, porquanto o meu voto já foi divergente de Sua Excelência, o Relator, antes.

Toda essa explanação, Desembargador Jambo, é para não surpreender Vossa Excelência, eventualmente, mais na frente, com um voto divergente, se for o caso. Não sei se será, porque Vossa Excelência vota primeiro.

DESEMBARGADOR ALFREDO MAGALHÃES JAMBO

Vossa Excelência está pedindo vista?

DESEMBARGADOR BANDEIRA DE MELLO (PRESIDENTE)

Eu irei pedir, mas quero com isso deixar Vossa Excelência à vontade. Se Vossa Excelência se julgar já suficientemente esclarecido para votar com ou contra o Relator, Vossa Excelência o fará ou Vossa Excelência aguardará o pedido de vistas. Eu não quero é surpreender Vossa Excelência depois,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

eventualmente Vossa Excelência já tendo votado e, se for o caso, eu trazer o voto divergente.

O Desembargador José Ivo trouxe, muito embora eu me recorde bem não ter concordado com a tese da legítima defesa, mas uma questão é da legítima defesa e a outra é ausência da fundamentação. Aí é a parte técnica.

DESEMBARGADOR JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES (RELATOR)

A questão toda se prende na questão da falta de motivação. Apenas a questão da legítima defesa é aquela presunção de que ele estava se defendendo, excludente de ilicitude ao se defender daquela agressão que possivelmente sofrera, e isso ainda vai ser matéria de processo criminal. Trago só essa questão para mostrar o fato.

O fato do processo administrativo é em decorrência de que, apesar de se reconhecer a legítima defesa, o Corregedor Geral, contra todos os pareceres existentes dentro do processo administrativo, afastou.

DESEMBARGADOR BANDEIRA DE MELLO (PRESIDENTE)

Sem dúvida, Desembargador José Ivo, é nesse sentido, mas é relevante a discussão, porque eu me recordo de que o meu voto divergente, junto com o Desembargador Ricardo Paes Barreto, justamente entendeu que a postura do militar ao ir ao carnaval com a arma, sem estar de serviço, ele causou o risco, porque a dinâmica dos fatos, se me recordo bem... (interrompido).

DESEMBARGADOR JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES (RELATOR)

Se não me engano, Vossa Excelência pediu vista antes, nos autos do agravo regimental.

DESEMBARGADOR BANDEIRA DE MELLO (PRESIDENTE)

Eu pedi vista no agravo regimental. Então, a dinâmica dos fatos eu me recordo bem, mas não me recordo da parte formal do processo administrativo, aí eu não tenho condições de eventualmente refutar o argumento de Vossa Excelência sem ver os autos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES (RELATOR)

De certa forma, eu segui o mesmo raciocínio do voto para antecipar a tutela, inicialmente, no agravo de instrumento, da concessão da liminar.

DESEMBARGADOR BANDEIRA DE MELLO (PRESIDENTE)

Do efeito ativo.

DESEMBARGADOR JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES (RELATOR)

É. Já que se prende na questão da fumaça do bom direito e do *periculum in mora*, eu me fixo só nisso em favor dele.

DESEMBARGADOR BANDEIRA DE MELLO (PRESIDENTE)

Desembargador Jambo.

DESEMBARGADOR ALFREDO MAGALHÃES JAMBO

Desembargador Bandeira,
Eminente Desembargador José Ivo,
Ilustre Procurador,

Eu não tenho nenhum constrangimento em evoluir ou refluir a qualquer momento. Eu estou no regime de substituição, seria pragmático se eu resolvesse essa questão agora, posso votar porque doravante posso até refluir.

DESEMBARGADOR BANDEIRA DE MELLO (PRESIDENTE)

Até, Desembargador Jambo, me perdoe interrompê-lo, uma pergunta prática, não só em relação a esse julgamento: o Desembargador Jambo substitui o Desembargador Ricardo ao longo do mês ou só para essa sessão? Ao longo do mês.

Então, fica facilitado porque Sua Excelência terá todo o mês de maio.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR ALFREDO MAGALHÃES JAMBO

Pode ser que eu tenha tempo de acompanhar o voto de Vossa Excelência, doravante, mas, de qualquer sorte, eu oportunizo agora, certo?

DESEMBARGADOR BANDEIRA DE MELLO (PRESIDENTE)

Pois não.

DESEMBARGADOR ALFREDO MAGALHÃES JAMBO

Eu ouvi com muita atenção o voto do Desembargador José Ivo, ele disse que a fundamentação da decisão está às folhas 328/330, intercorrentemente fala numa questão de direito à vida, ou seja, uma legítima defesa comprovada nos autos, segundo a análise, muito embora ainda tem a responsabilidade criminal a frente, não é isso Desembargador?

DESEMBARGADOR JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES (RELATOR)

Correto.

DESEMBARGADOR ALFREDO MAGALHÃES JAMBO

Com relação à defesa plena, a que ele se reporta, é uma conquista da humanidade, ninguém pode ser naturalmente acusado de algum fato sem ter sua defesa, isso é muito antigo, vem do Direito Inglês, Americano e está em nós agora.

A lei é prescritiva, a decisão administrativa é descritiva, deve ser motivada e o evento deve ser claramente descrito. O Desembargador José Ivo falou sobre um parecerista, falou sobre o corregedor, só que no caso do corregedor me parece que o Desembargador José Ivo disse que ele não foi muito convincente ou silenciou a respeito.

Todo o fato reflete os princípios constitucionais estruturantes, artigo 55 da Constituição Federal: direito à vida com a legítima defesa, dignidade da pessoa humana, plena defesa em qualquer, e a motivação administrativa do ato, que ele me convenceu, o Desembargador José Ivo, que não existiu.

De sorte que, eu peço vênias a Vossa Excelência, doravante posso até refluir e estou muito confortável com isso, nessa minha profissão. Não tem problema. A

Adélma



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

gente pensa hoje de uma forma, amanhã de outra, mas tem que se convencer intelectualmente.

Peço vênia e acompanhamento o voto do Relator.

DESEMBARGADOR BANDEIRA DE MELLO (PRESIDENTE)

Não há que pedir vênia, Desembargador Alfredo Jambo, Vossa Excelência está inclusive votando dentro da ordem normal.

DECISÃO:

"ADIADO POR PEDIDO DE VISTA DO DES. BANDEIRA DE MELLO, APÓS O VOTO DO DES. JOSÉ IVO, RELATOR, DANDO PROVIMENTO AO AGRAVO, NO QUE FOI ACOMPANHADO PELO EXMO. SR. DES. ALFREDO JAMBO".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – 22.05.2014
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 261077-7 – RECIFE
AGRAVANTE: JOSÉ CARLOS DA SILVA
AGRAVADO: ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

VOTO-VISTA DO DESEMBARGADOR BANDEIRA DE MELLO À FL. 401 DOS AUTOS.

DECISÃO:

“POR MAIORIA DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, VENCIDO O DESEMBARGADOR BANDEIRA DE MELLO”.

1